

**EDITAL DE PREGÃO Nº 25/2014- PROCESSO Nº 29/2014****1. PREÂMBULO**

1.1 – O Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, Estado do Paraná, através de Adriano Luiz Zini, designado pela Administração através da Resolução nº 08/2014, para atuar como **Pregoeiro**, e de conformidade com as disposições contidas na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, Resolução 006/2012 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público aos interessados, que no dia **26/06/14, às 09:00 horas**, na sala de Licitações da Sede Administrativa do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, nº 622, Vila Isabel, em Pato Branco - PR, realizará Licitação na modalidade de Pregão Presencial que tem por objeto a implantação de Registro de Preços para o objeto abaixo, nas condições fixadas neste Edital, sendo a licitação do tipo “**Menor Valor Unitário**”.

1.2 – A sessão pública de recebimento e abertura dos Envelopes nº 1 (um), PROPOSTA DE PREÇOS, e dos Envelopes nº 2 (dois), contendo a documentação de HABILITAÇÃO, dar-se-á às 09:00, do dia 26/06/14, junto a sala de Licitações da Sede Administrativa do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, nº 622, Vila Isabel, em Pato Branco – PR.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital tem por objeto a implantação de registro de preços para aquisição de medicamentos com entrega fracionada, conforme a necessidade para utilização no atendimento pré hospitalar do SAMU 192 Sudoeste do Paraná, conforme descrição abaixo:

Lote	Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor unit.R\$	Valor Total R\$
1	1	100,0	Cpr	Ácido Acetilsalicílico, 100mg, comprimido.	0,03	3,00
1	2	100,0	Amp	Adenosina, 3mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	10,99	1.099,00
1	3	1.000,0	Amp	Adrenalina, 1mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	1,72	1.720,00
1	4	1.500,0	Fla	Água Destilada, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,23	345,00
1	5	100,0	Amp	Aminofilina, 24mg/ml, solução injetável, ampola de 10ml.	1,34	134,00
1	6	500,0	Amp	Amiodarona Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml.	2,80	1.400,00
1	7	200,0	Amp	Atropina Sulfato, 0,5mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	0,97	194,00
1	8	100,0	Fla	Bicarbonato de Sódio, 8,4%, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,75	75,00
1	9	100,0	Cpr	Captopril, 25mg, comprimido.	0,03	3,00
1	10	100,0	Un	Cefalotina Sódica, 1g, pó liofilizado para solução injetável.	4,16	416,00
1	11	100,0	Fla	Cloreto de Potássio, 19,1%, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,26	26,00
1	12	100,0	Fla	Cloreto de Sódio, 20%, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,23	23,00
1	13	1.000,0	Fla	Cloreto de Sódio, 0,9%, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,24	240,00
1	14	1.500,0	Bol	Cloreto de Sódio, 0,9%, solução injetável, bolsa de 100ml com embalagem plástica secundária.	2,90	4.350,00
1	15	1.000,0	Bol	Cloreto de Sódio, 0,9%, solução injetável, bolsa de 500ml com embalagem plástica secundária.	3,60	3.600,00
1	16	100,0	Amp	Deslanosídeo, 0,2mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	1,54	154,00
1	17	200,0	Amp	Dexametasona, 4mg/ml, solução injetável, ampola de 2,5ml.	2,27	454,00
1	18	10,0	Fr	Dextrana + Hipromelose, solução oftálmica lubrificante estéril, frasco conta-gotas de 15ml.	15,68	156,80
1	19	100,0	Amp	Dipirona + Adifenina + Prometazina, 375mg/ml + 12,5mg/ml + 12,5mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	3,56	356,00
1	20	200,0	Amp	Dipirona Sódica, 500mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	0,93	186,00
1	21	30,0	Fr	Dipirona sódica, 500mg/ml, solução oral, frasco conta-gotas de 10ml.	0,77	23,10
1	22	200,0	Amp	Dobutamina, 12,5mg/ml, solução injetável, ampola de 20ml.	4,96	992,00
1	23	300,0	Amp	Dopamina Cloridrato, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 10ml.	1,55	465,00
1	24	200,0	Amp	Escopolamina Butilbrometo + Dipirona, 4mg/ml + 500mg/ml, solução injetável, ampola de 5ml.	2,42	484,00
1	25	30,0	Fr	Escopolamina Butilbrometo + Dipirona, 6,67mg/ml + 333,4 mg/ml, solução oral, frasco conta-gotas de 20ml.	3,03	90,90

CIRUSPAR

SAMU 192 SUDOESTE - PR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Rua Assis Brasil, n.º 622 – Bairro Vila Isabel

Pato Branco – PR – CEP: 85.504-293

Fone: (46) 3225-2731 – (46) 3902-1338

e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

1	26	200,0	Amp	Escopolamina Butilbrometo, 20mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	1,78	356,00
1	27	30,0	Fr	Fenoterol Bromidrato, 5mg/ml, solução para inalação, frasco conta-gotas de 20ml.	2,41	72,30
1	28	100,0	Amp	Furosemida, 10mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	1,08	108,00
1	29	50,0	Fr	Gelatina, 3,5%, solução injetável, frasco de 500ml.	24,48	1.224,00
1	30	1.000,0	Bol	Glicose, 5%, solução injetável, bolsa de 500ml com embalagem plástica secundária.	3,59	3.590,00
1	31	1.000,0	Fla	Glicose, 50%, solução injetável, flaconete de 10ml.	0,25	250,00
1	32	100,0	Amp	Gluconato de Cálcio, 10%, solução injetável, ampola de 10ml.	2,16	216,00
1	33	100,0	Amp	Hidralazina 20mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	5,61	561,00
1	34	200,0	Un	Hidrocortisona Succinato, 100mg, pó liofilizado para solução injetável.	4,56	912,00
1	35	200,0	Un	Hidrocortisona Succinato, 500mg, pó liofilizado para solução injetável.	9,12	1.824,00
1	36	30,0	Fr	Ipratrópio Brometo, 0,025%, solução para inalação, frasco conta-gotas de 20ml.	1,00	30,00
1	37	100,0	Amp	Isossorbida Mononitrato, 10mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	2,36	236,00
1	38	500,0	Un	Isossorbida Mononitrato, 5mg, comprimido sublingual.	0,33	165,00
1	39	100,0	Amp	Lidocaína Cloridrato, 2% SEM vasoconstritor, solução injetável, ampola de 20ml.	2,18	218,00
1	40	30,0	Un	Lidocaína Cloridrato, 2%, gel tópico, bisnaga com 30g.	2,43	72,90
1	41	50,0	Fr	Lidocaína spray 10%, solução para anestesia tópica sobre mucosa, frasco com 50ml.	84,89	4.244,50
1	42	100,0	Bol	Manitol 20%, solução injetável, bolsa de 250ml com embalagem plástica secundária.	5,48	548,00
1	43	30,0	Fr	Metoclopramida Cloridrato, 4mg/ml, solução oral, frasco conta-gotas de 10ml.	0,92	27,60
1	44	300,0	Amp	Metoclopramida Cloridrato, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	0,36	108,00
1	45	100,0	Amp	Nitroglicerina, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 5ml.	34,38	3.438,00
1	46	100,0	Amp	Nitroprussiato de Sódio, 50mg + 2ml diluente + envelope fotoprotetor, pó liofilizado para solução injetável.	15,27	1.527,00
1	47	300,0	Amp	Norepinefrina Hemitartrato, 2mg/ml, solução injetável, ampola de 4ml.	4,37	1.311,00
1	48	100,0	Amp	Ocitocina 5 UI, solução injetável, ampola de 1ml.	1,59	159,00
1	49	200,0	Amp	Ondansetrona Cloridrato, 2mg/ml, solução injetável, ampola de 4ml.	1,87	374,00
1	50	100,0	Cpr	Paracetamol, 500mg, comprimido.	0,06	6,00
1	51	30,0	Fr	Paracetamol, 200 mg/ ml, solução oral, frasco conta-gotas de 15ml.	0,72	21,60
1	52	200,0	Amp	Prometazina Cloridrato, 25mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	1,86	372,00
1	53	100,0	Cpr	Propranolol Cloridrato, 80mg, comprimido.	0,39	39,00
1	54	100,0	Amp	Ranitidina Cloridrato, 25mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	1,04	104,00
1	55	1.000,0	Bol	Ringer Lactato, solução injetável, bolsa de 500ml com embalagem plástica secundária.	3,45	3.450,00
1	56	100,0	Fr	Salbutamol Sulfato 100mcg, tubo de alumínio com solução aerossol inalatória + adaptador + espaçador, 200 doses.	7,77	777,00
1	57	100,0	Amp	Sulfato de Magnésio, 50%, solução injetável, ampola de 10ml.	0,45	45,00
1	58	300,0	Un	Suxametônio Cloreto, 100mg, pó liofilizado para solução injetável.	13,86	4.158,00
1	59	200,0	Amp	Terbutalina Sulfato, 0,5mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	2,27	454,00
1	60	100,0	Amp	Vitamina complexo B, solução injetável, ampola de 2ml.	0,87	87,00
1	61	100,0	Amp	Vitamina K, 10mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	1,43	143,00
Lote	Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor unit.R\$	Valor Total R\$
2	1	100,0	Amp	Cetamina Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, frasco ampola de 10ml.	65,20	6.520,00
2	2	100,0	Amp	Clorpromazina Cloridrato, 5mg/ml, solução injetável, ampola de	1,27	127,00



				5ml.		
2	3	300,0	Cpr	Diazepam, 10mg, comprimido.	0,06	18,00
2	4	250,0	Amp	Diazepam, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	0,79	197,50
2	5	200,0	Amp	Etomidato, 2mg/ml, solução injetável, ampola de 10ml.	19,57	3.914,00
2	6	200,0	Amp	Fenitoína Sódica, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 5ml.	1,11	222,00
2	7	300,0	Amp	Fentanil Citrato, 50mcg/ml, solução injetável, ampola de 5ml.	4,83	1.449,00
2	8	100,0	Amp	Flumazenil, 0,1mg/ml, solução injetável, ampola de 5ml.	30,14	3.014,00
2	9	300,0	Amp	Haloperidol, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	0,72	216,00
2	10	500,0	Amp	Midazolam Maleato, 5mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml.	1,36	680,00
2	11	300,0	Amp	Morfina Sulfato, 10mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	3,88	1.164,00
2	12	100,0	Amp	Naloxona Cloridrato, 0,4mg/ml, solução injetável, ampola de 1ml.	12,07	1.207,00
2	13	200,0	Amp	Petidina Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	2,13	426,00
2	14	30,0	Fr	Tetracaína + Fenilefrina, solução oftálmica estéril, frasco contendo gotas de 10ml.	9,63	288,90
2	15	15,0	Amp	Tramadol Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml.	1,83	27,45

2.2 - O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.3 - A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para o serviço pretendido, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência pela prestação dos serviços, em igualdade de condições.

2.4 - A empresa contratada deverá atender as solicitações do CIRUSPAR mesmo parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observados os limites máximos estimados.

3. GARANTIA DE QUALIDADE E VALIDADE DOS PRODUTOS

3.1 - a) Os medicamentos deverão ser entregues com validade de uso vigente de no mínimo 90 % (noventa por cento) e deverão estar acondicionados em embalagem original, de acordo com a Legislação Sanitária vigente (Lei Estadual nº 16322/2009).

3.1.1 - **Serão devolvidos todos os produtos entregues fora do prazo de validade acima citado, para a substituição no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, correndo as custas da devolução às expensas da Contratada, podendo ainda sofrer as penalidades por inadimplência contratual.**

3.2 - A empresa contratada deverá garantir a qualidade dos produtos, devendo substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias contados da notificação;

3.3 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação;

3.4 - Responder, na forma prevista no Código do Consumidor e demais legislação pertinente, pela qualidade do produto fornecido.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Para credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - **Tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2 - **Tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular, com assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.3 - **Tratando-se de credenciado**, a carta de credenciamento, com assinatura do representante legal, que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.4 - O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.2 - A proponente deverá ainda apresentar **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação**, conforme

modelo em anexo.

4.3 - Para efeitos da LC 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, a fim de comprovar o enquadramento:

a) *Declaração de enquadramento de micro empresa ou empresa de pequeno porte* (conforme modelo em anexo);

b) *Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado*, expedida com no **máximo 90 (noventa) dias**;

c) *Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, a fim de verificar a receita bruta do exercício.

4.3.1 - Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento; ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante

4.3.2 - Caso não seja apresentado todos dos documentos solicitados, nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 3.3, não será concedido os benefícios da Lei 123/06.

4.3.3 - A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista neste edital.

4.3.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3.5 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Na falta da regularização da documentação, no prazo previsto, a Administração será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

4.3.6 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4 - O **credenciamento, a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, a Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte e a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, e o Balanço Patrimonial**, deverão ser entregues ao Pregoeiro no **início da sessão**, separados dos envelopes de "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

4.5 - Caso a proponente não envie representante na sessão de abertura, a **Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, deverá vir acompanhada de documento que comprove os poderes do representante legal**.

4.6 - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES Nº 1 e Nº 2.

5.1 - Os envelopes nº 1 e nº 2, contendo respectivamente a documentação referente proposta de preços e à documentação de habilitação deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente lacrados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

CIRUSPAR
EDITAL DE PREGÃO Nº 25/2014
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE: _____

CIRUSPAR
EDITAL DE PREGÃO Nº 25/2014
ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: _____

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preferencialmente em papel timbrado da proponente, devidamente assinada pelo representante legal, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **com indicação da razão social da proponente, endereço completo,**

telefone/fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome/cargo da pessoa responsável, e deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital, e conter:

6.1.1 - A proponente deverá obrigatoriamente, apresentar no envelope de Proposta de Preços: **Proposta em mídia digital** (contendo arquivo gerado pelo sistema utilizado pela contratante, que deverá ser retirado juntamente com o edital), e **Proposta impressa através do sistema LCCetil**.

6.1.2 - Descrição completa do objeto cotado, devendo atender as exigências mínimas contidas no item 2.1, sob pena de desclassificação da proposta se considerada incompleta ou que suscite dúvida. Deverão ser apresentados juntos com a proposta de preços, **amostra dos produtos dos itens 14, 15, 30, 55 e 56 do Lote 1** com a embalagem primária, e quando possível embalagem secundária para avaliação técnica da farmacêutica.

6.1.2.1 – Se na apresentação da descrição do objeto cotado aparecer apenas nome e laboratório, a comissão de licitação e/ou o pregoeiro, não tem responsabilidade alguma em averiguar se o objeto cotado é o objeto licitado, e será desclassificado.

6.1.3 - Quantidade, preço unitário (máximo duas casas após a vírgula) e preço total estimado por item, devendo o mesmo incluir todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da presente licitação.

6.1.3.1 - Caso a proponente não tenha interesse na quantidade total estimada, poderá constar, em sua proposta de preços, o seu **limite quantitativo de fornecimento total, durante a vigência da Ata de Registro de Preços**.

6.1.4 - Prazo de validade da proposta, de no mínimo 30 (trinta) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

6.1.4.1 - As propostas que não contiverem o prazo de validade serão consideradas o prazo de 60 (sessenta) dias, da data da entrega da proposta, conforme Lei 8.666/93, Art. 64, § 3º.

6.2 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório, seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.4 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.5 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.6 - Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.7 - Somente serão CLASSIFICADAS PROPOSTAS GERADAS E IMPRESSAS através do sistema (LCCETIL) utilizado e fornecido pela contratante.

6.8 – Para a retirada do Kit Proposta LCCETIL é necessária solicitação junto ao setor de licitações do CIRUSPAR pelos telefones (46) 3902-1338 ou (46) 3225-2731 e ainda pelo e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

7. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação, mencionada no preâmbulo deste edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem como em seus anexos, no local e horário já determinados. **Serão aceitas propostas via postal.**

7.2 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e, em envelopes separados, a proposta de preço e a documentação de habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes. A não entrega da Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

7.2.1 - A não apresentação dos documentos solicitados no Item 3.3 do edital, presumirá que a empresa não se enquadra e não terá tratamento diferenciado previsto na Lei nº 123/2006.

7.2.2 - **Caso a empresa não encaminhe representante para sessão de abertura de propostas, não terá direito a redução dos preços prevista na Lei 123/2006, conforme artigo 44 § 2º.**

7.3 - Após recebidos os documentos pelo Pregoeiro e dado início à sessão, não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.

7.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preço, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

7.5 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - O julgamento da licitação será realizado em apenas uma fase, sendo dividido em duas etapas apenas para fins de ordenamento dos trabalhos, e obedecerá ao critério de “**menor preço unitário**”.

8.2 – O preço máximo possível considerado para cada item está no item 2.1 deste edital.

8.3 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, observará as amostras em conjunto com a responsável técnica e classificará o autor da proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.

8.4 - Quando não houver pelo menos três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.5 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, sendo vedado o oferecimento de lance de forma a que o valor apresentado seja igual ao menor lance já existente, devendo, então, ser, em havendo o interesse, menor do que o lance de menor preço dos demais licitantes, já existente.

8.6 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente a penalidades constantes no sub item 20.1 deste edital.

8.7 - O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas a apresentar lances verbais, começando a partir do representante da empresa que apresentou a proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.8 - A ausência de representante credenciado ou a desistência do representante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para a classificação final da etapa competitiva.

8.9 - Quando não houver mais lances, será declarada encerrada a etapa competitiva e o Pregoeiro passará à análise da aceitabilidade da proposta de menor valor.

8.10 - Quando comparecer um único licitante ou houver uma única proposta válida caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.11 - Não serão aceitas propostas após a etapa de lances com valor acima do máximo estipulado no edital.

8.12 - Sendo aceitável a menor oferta de preço, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.

8.13 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender as exigências editalícias o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor do objeto.

8.14 - Caso haja empate nas propostas escritas classificadas e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

8.15 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os licitantes presentes.

8.16 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.17 - Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega do material condicionado a prazos ou vantagens, de qualquer natureza, não previstos neste Pregão.

8.18 - O envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da proponente que não foi declarada vencedora, será devolvido lacrado ao seu representante presente, no ato da sessão, desde que não haja recurso. Quando a proponente não encaminhar representante, o envelope ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação do processo, e se for o caso, após o julgamento dos recursos, para que a licitante retire o envelope citado. Após esse prazo, o mesmo será inutilizado.

9. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

9.1 - Os interessados em participar do Processo licitatório deverão atender previamente as seguintes condições:

9.1.1 – Atender as exigências contidas no edital.

9.1.2 - Possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto do presente edital.

9.1.3 – Apresentar amostra **dos produtos dos itens 14, 15, 30, 55 e 56 do Lote 1**, quando cotados.

9.2 - **Não poderão participar da presente licitação:**

9.2.1 Os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou

em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

9.2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

9.2.3 - Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, mesmo quando aplicadas por outros órgãos ou entidades públicas.

9.2.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a administração municipal.

9.2.5 - Estão impedidas de participar desta licitação as empresas que apresentarem mais de uma proposta para cada item específico.

9.3 - A participação na licitação implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10. HABILITAÇÃO

10.1 - O envelope nº 02 - “Documentos para habilitação” deverá conter os seguintes documentos:

10.1.1 - Declaração da licitante, assinada pelo seu representante legal, **de que não pesa contra si inidoneidade** expedida por órgão público, de qualquer esfera de governo, bem como Declaração cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato (conforme modelo em anexo).

10.1.2 - Declaração da licitante, assinada pelo seu representante legal, de que não existe em seu quadro de empregados, servidor(es) público(s) da contratante, exercendo função(ões) de gerência, administração ou tomada de decisões, na forma do art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93 (conforme modelo em anexo).

10.1.3 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da Sede da pessoa jurídica, com vigência de até 60 dias contados a partir da sua emissão.

10.1.4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

10.1.5 - Alvará de Licença, localização e Funcionamento do estabelecimento, relativo ao domicílio da empresa proponente, e *pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual*, juntamente com o *comprovante de renovação (pagamento) para o exercício em curso*;

10.1.6 - Licença de funcionamento, fornecida pela Vigilância Sanitária do município sede da empresa, vigente.

10.1.7 - Cópia da Autorização para Funcionamento, pertinente ao objeto licitado (medicamento comum, medicamento especial, correlatos, produtos para saúde, saneantes), que contenha o número de registro no Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, **devendo ser destacada a informação referente à empresa**.

10.1.8 - Cópia do Certificado de Regularidade Técnica da empresa e/ou Certificado de Responsabilidade Técnica do Farmacêutico Responsável, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia;

10.1.9 - Do medicamento cotado: Declaração da proponente, assinada pelo seu representante legal, de que os medicamentos cotados têm número do registro vigente no Ministério da Saúde, e tem a devida publicação no Diário Oficial da União.

10.2 – A empresa também deverá apresentar os seguintes documentos:

a) A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

I - registro comercial, no caso de empresa individual.

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

II - prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e a Dívida Ativa da União) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

c) A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Obs.: Serão considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis apresentadas através de: cópia ou fotocópia do livro Diário devidamente autenticada na Junta Comercial de sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os termos de Abertura e Encerramento. ou publicação em Diário Oficial, ou publicação em jornal, ou por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante.

10.3 – Os documentos constantes deste item, apresentados no momento do credenciamento poderão deixar de compor este envelope.

10.4 - Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

10.5 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro ou por cópias desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

10.6 – As empresas que desejarem ter seus documentos autenticados pelo Pregoeiro deverão comparecer com antecedência, para que a licitação não tenha seu horário de início comprometido.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

11.1 - A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

11.3 - Considerada aceitável a proposta de menor preço, obedecidas às exigências fixadas, no edital, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhe facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

11.4 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos e, não for saneado, durante a sessão, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

11.5 - O saneamento, quando necessário deverá ser realizado durante a sessão, no momento em que for solicitado pelo Pregoeiro. O representante não poderá retirar-se da sessão para busca de documentos.

11.6 - Como condição para celebração do contrato ou documento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

12. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no CIRUSPAR, situado à Assis Brasil, 622, Bairro Vila Isabel, em Pato Branco – PR, cabendo o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone/fax (46) 3902-1338.

12.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

12.3 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

12.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata, da síntese das suas razões e contra-razões, podendo aos interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.2 - Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá, àqueles que manifestarem imediata e motivadamente a intenção de recorrer, prazo de três dias úteis para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, quando do anúncio da proposta vencedora, importará na preclusão do direito de recurso.

13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, quando do anúncio da proposta vencedora, importará na preclusão do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

13.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

13.7 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados à Rua Assis Brasil, 622, Vila Isabel, em Pato Branco – PR, nos dias úteis, no horário das 7h30min às 12h e das 13h00min às 17h00min.

13.8 - Decididos os recursos, o Presidente do Consórcio fará a homologação do vencedor.

13.9 - Os recursos interpostos após o encerramento da sessão não serão conhecidos, bem como as impugnações fora do prazo.

14. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

14.1 - A entrega dos medicamentos, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, nas quantidades determinadas, e será formalizada através da Nota de Empenho, deverá ser feita na sede do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, n.º 622 - Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-293 na cidade de Pato Branco – PR com data e horário pré-agendado com a Farmácia.

14.2 - Após a emissão da Nota de Empenho, o fornecedor terá um prazo de **até 15 (quinze) dias úteis** para efetuar a entrega dos materiais solicitados.

14.3 - A entrega dos medicamentos será feita de acordo com a demanda, assim será necessária entregas de quantidades fracionadas, observando-se os limites máximos estimados.

15. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS

15.1 - Do prazo de validade dos medicamentos:

a) Os medicamentos deverão ser entregues com validade de uso vigente de no mínimo 90 % (noventa por cento) e deverão estar acondicionados em embalagem original, de acordo com a Legislação Sanitária vigente (Lei Estadual nº 16322/2009).

15.2 - Das embalagens:

a) As embalagens para entrega dos produtos devem possuir os requisitos mínimos a seguir: nome comercial e/ou genérico do principal princípio ativo, concentração, apresentação, data de fabricação, data de vencimento, número do lote, número de registro no Ministério da Saúde, nome do Farmacêutico Responsável, número de inscrição e sigla do Estado a que pertence o CRF.

b) O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor.

c) As embalagens dos medicamentos (ampola, bisnaga, blister, bolsa, frasco e frasco-ampola) deverão apresentar o número do lote, data de fabricação e/ou prazo de validade conforme embalagem externa, sendo que o número do lote deverá vir impresso, na pétala ou lateral do blister para garantir a permanência das informações de cada produto (conforme Portaria 802/98 e RDC 59/09).

d) Todos os medicamentos líquidos deverão apresentar lacre ou qualquer outro sistema de vedação de forma a impedir vazamentos. Para medicamentos que exijam conta-gotas estes deverão estar acondicionados juntamente com o frasco com uma única embalagem.

e) As bisnagas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para o seu rompimento.

f) Os medicamentos injetáveis deverão vir acompanhados de seus respectivos diluentes.

g) Para medicamentos na forma farmacêutica comprimidos, cápsulas ou drágeas os mesmos deverão estar acondicionados em blisters ou envelopes para que haja uma dispensação racional.

h) Cada embalagem de transporte deverá conter apenas um tipo de medicamento, deverá estar devidamente lacrada e constar externamente a quantidade da mesma. Caso esta embalagem de transporte esteja incompleta, deverá apresentar um lacre diferenciado.

15.3 - Do recebimento dos produtos

a) A entrega dos medicamentos deverá ser feita nas dependências do SAMU/SUDOESTE-PR, na Rua Assis Brasil, 622 Vila Isabel, CEP 85504-293 na cidade de Pato Branco – PR com data e horário pré-agendado com a Farmácia.

b) Não serão recebidos medicamentos que, após confirmação, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada;

c) Os medicamentos serão primeiramente certificados que foram entregues, nas especificações e quantidades determinadas, para posterior verificação;



d) O departamento receptor verificará, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, se os medicamentos entregues, estão em conformidade com os Requisitos Técnicos, análise visual por amostragem e demais exigências contidas no processo licitatório, e assim será dado o aceite e será liberada a nota fiscal para pagamento.

e) Havendo divergência entre os medicamentos solicitados e os entregues, ou que os medicamentos não atendam aos requisitos técnicos, o departamento receptor efetuará a notificação à empresa, para que sejam sanadas as possíveis irregularidades;

f) O prazo máximo e improrrogável para as devidas substituições e/ou correções é de 10 (dez) dias, contados da notificação.

15.4 - Das Notas Fiscais

a) Na nota fiscal deverá constar o nome do medicamento, nome do laboratório fabricante, número do lote, valor unitário e total. Estas informações deverão estar dispostas lado a lado para facilitar a conferência.

b) Somente será liberada a nota fiscal para pagamento se vier acompanhado do Laudo de Análise do medicamento.

15.5 – Da Legislação Pertinente

a) Os medicamentos deverão seguir determinações previstas em legislação: Lei 6360/76, Lei 9787/99, RDC 16/07, RDC 17/07, Portaria 344/98 e RDC 3916/98 regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - Os pagamentos serão efetuados em até trinta (30) após a entrega dos medicamentos, mediante emissão da Nota de Empenho e apresentação da respectiva Nota Fiscal.

16.2 – Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Órgão/Unid Orç.	Fonte	Desp	Dotação Orçamentária Completa
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM	496	116	0401.103020004.2.004000.3.3.90.30.09.00.00 Material Farmacológico
COORDENAÇÃO MÉDICA	496	168	0501.103020005.2.005000.3.3.90.30.09.00.00 Material Farmacológico

16.3 - Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo se verificar a existência de saldo.

16.4 - O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

16.5 - A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), das que foram apresentadas e estiverem fora da validade do cadastro apresentado na licitação

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 - A contratada deverá garantir a qualidade do objeto fornecido, devendo substituir, às suas expensas, o objeto contratado em que se verificarem defeitos de fabricação.

17.2 - A contratada deverá comunicar a contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.

17.3 - A contratada responderá na forma prevista no Código do Consumidor, pela qualidade dos serviços e materiais fornecidos.

17.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18. DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

19. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

19.1 - Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

19.2 - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

19.2.1 - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

19.3 - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser enviados ao CIRUSPAR.

19.4 - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93.

19.5 - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

20.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

20.1.2 - Não retirar/assinar a respectiva Ordem de Serviço no prazo determinado, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

20.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

20.1.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

20.2 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

20.3 - O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável.

21. DAS PENALIDADES

21.1 - A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

21.2 - Ao proponente que desistir da proposta protocolada ou se negar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

21.2.1 - Advertência por escrito.

21.2.2 - Multa de 20 % (vinte por cento) do valor total da proposta de preços, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso.

21.2.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta, não superior a 2 (dois) anos.

21.2.4 - Declaração de inidoneidade por até 2 (dois) para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria.

21.3 - O não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços ensejará na aplicação das seguintes penalidades:

21.3.1 - Advertência por escrito;

21.3.2 - Multa de 20 % (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso;

21.3.3 - No caso do não cumprimento do prazo de execução do objeto solicitado, será aplicável à proponente multa moratória equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sem prejuízo da multa do item anterior;

21.3.4 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta, não superior a 02 (dois) anos.

21.4 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação;

21.5 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do primeiro pagamento devido à CONTRATADA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

22. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 - Homologado o resultado da licitação, serão convocados os primeiros colocados para assinar o Termo da Ata de Registro de Preços, **em até 3 (três) dias, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93**, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

22.2 - A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pela Municipalidade, por intermédio da emissão da Nota de Empenho ou Autorização de Compras.

23. DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 - A Administração indicará como gestora da Ata de Registro de Preços, a Farmacêutica do CIRUSPAR, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

23.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

24. DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1 - Poderão utilizar-se desse Registro de Preços todos os setores do CIRUSPAR

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o interesse da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

25.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da adequação e a perfeita compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

25.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

25.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no CIRUSPAR, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

25.7 – *O Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR* poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei no 8.666/93.

25.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.9 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

25.10 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca Pato Branco - PR.

25.11 - O Edital poderá ser retirado, gratuitamente, de 2.ª a 6.ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 17h, na sede do CIRUSPAR, Rua Assis Brasil, 622, Bairro Vila Izabel, em Pato Branco-PR e pelo email: licitacao@ciruspar.pr.gov.br.

25.12 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

25.13.1 - ANEXO I - Minuta da Ata de Registro de Preços.

25.13.2 - ANEXO II- Modelo da declaração de Idoneidade e Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato.

25.13.3 - ANEXO III - Modelo de Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE
URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Rua Assis Brasil, n.º 622 – Bairro Vila Isabel
Pato Branco – PR – CEP: 85.504-293
Fone: (46) 3225-2731 – (46) 3902-1338
e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

- 25.13.4 - ANEXO IV - Modelo de Declaração para Microempresa e empresa de Pequeno Porte.
25.13.5 - ANEXO V - Modelo de Carta de Credenciamento do Representante Legal.
25.13.6 - ANEXO VI - Modelo Declaração em cumprimento art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93.

Pato Branco, 10 de Junho 2014.

Adriano Luiz Zini - Pregoeiro

ANEXO I - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2014

Ata de Registro de Preços nº _____

Aos ___ dias do mês de ___ do ano dois mil e quatorze (2014), às ___ horas (___h), sala de Licitações da Sede Administrativa do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, nº 622, Vila Isabel, em Pato Branco - PR, compareceu o Sr. **Luiz Fernando Bandeira**, brasileiro, portador do RG nº 1.202.084-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 241.735.849-20, residente e domiciliado na Avenida Dambros e Piva, nº 730, Centro, em Marmeleiro - PR, CEP 85.615-000, Presidente do **Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 622, Vila Isabel, em Pato Branco - PR, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e o Sr. ___, brasileiro, inscrito no CPF nº ___, portador do RG nº ___, residente e domiciliado _____, representante legal da empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, estabelecida na _____, denominada **CONTRATADA**, classificada em primeiro lugar para assinar a Ata de Registro de Preços, que tem efeito de compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no Edital e na proposta de preços, referente ao Edital de (**Pregão número 25/2014**), que tem por objeto a implantação de registro de preços para aquisição de medicamentos com entrega fracionada, conforme a necessidade para utilização no atendimento pré hospitalar do SAMU 192 Sudoeste do Paraná. **DO PRAZO DE VIGENCIA:** O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses** contados desta data. **DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** A entrega dos medicamentos, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, nas quantidades determinadas, e será formalizada através da Nota de Empenho, deverá ser feita na sede do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, n.º 622 - Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-293 na cidade de Pato Branco – PR com data e horário pré-agendado com a Farmácia. Após a emissão da Nota de Empenho, o fornecedor terá um prazo de **até 15 (quinze) dias úteis** para efetuar a entrega dos materiais solicitados. A entrega dos medicamentos será feita de acordo com a demanda, assim será necessária entregas de quantidades fracionadas, observados os limites máximos estimados. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os pagamentos serão efetuados em até trinta (30) após a entrega dos medicamentos, mediante emissão da Nota de Empenho e apresentação da respectiva Nota Fiscal. Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias: COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM: Fonte 496; Desp. 116; Dot. Orç. Completa 0401.103020004.2.004000.3.3.90.30.09.00.00 - Material Farmacológico. COORDENAÇÃO MÉDICA: Fonte 496; Desp. 168; Dot. Orç. Completa 0501.103020005.2.005000.3.3.90.30.09.00.00 - Material Farmacológico. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo se verificar a existência de saldo. Os pagamentos serão efetuados exclusivamente através de depósito em conta corrente do contratado. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). **GARANTIA DE QUALIDADE E VALIDADE DOS PRODUTOS:** Os medicamentos deverão ser entregues com validade de uso vigente de no mínimo 90 % (noventa por cento) e deverão estar acondicionados em embalagem original, de acordo com a Legislação Sanitária vigente (Lei Estadual nº 16322/2009). **Serão devolvidos todos os produtos entregues fora do prazo de validade acima citado, para a substituição no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, correndo as custas da devolução às expensas da Contratada, podendo ainda sofrer as penalidades por inadimplência contratual.** **DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:** O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível. **DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:** Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser enviados ao CIRUSPAR. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei 8.666/93. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento. **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:** O fornecedor terá seu registro cancelado quando: Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços. Não retirar/assinar a respectiva Ordem de Serviço no prazo determinado, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. Não aceitar reduzir o

seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado. Tiver presentes razões de interesse público. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados. O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável. **DAS PENALIDADES:** Ao proponente que desistir da proposta protocolada ou se negar a assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: Advertência por escrito. Multa de 20 % (vinte por cento) do valor total da proposta de preços, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta, não superior a 2 (dois) anos. Declaração de inidoneidade por até 2 (dois) para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria. O não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços ensejará na aplicação das seguintes penalidades: Advertência por escrito; Multa de 20 % (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso; No caso do não cumprimento do prazo de execução do objeto solicitado, será aplicável à proponente multa moratória equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sem prejuízo da multa do item anterior; Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta, não superior a 02 (dois) anos. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação; Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do primeiro pagamento devido à CONTRATADA. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente. **DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Homologado o resultado da licitação, serão convocados os primeiros colocados para assinar o Termo da Ata de Registro de Preços, **em até 3 (três) dias, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93**, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas. A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pela Municipalidade, por intermédio da emissão da Nota de Empenho ou Autorização de Compras. **DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A Administração indicará como gestora da Ata de Registro de Preços, a Coordenadora Geral do CIRUSPAR, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. **DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:** Poderão utilizar-se desse Registro de Preços todos os setores do CIRUSPAR **DA VINCULAÇÃO:** Esta ata esta vinculada ao edital de **Pregão nº 25/2014** e à proposta do licitante vencedor. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a Sessão, onde após lida e aprovada esta ata, vai assinada pelas partes interessadas.

CIRUSPAR - Contratante
Luiz Fernando Bandeira – Presidente do CIRUSPAR

_____ - Contratada

_____ - Representante Legal

**ANEXO II - MODELO DA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO
NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DECLARAÇÃO DE
COMPROMETIMENTO**

(NOME DA EMPRESA - CNPJ - ENDEREÇO - TELEFONE)

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE COMPROMETIMENTO**

(Nome da Proponente).....
CNPJ n.º, sediada..... por intermédio de seu
representante legal, abaixo assinado, e para fins do **Pregão n.º 25/2014**, DECLARA expressamente que :

I - Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

IV - Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

CIRUSPAR

SAMU 192 SUDOESTE - PR



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE
URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Rua Assis Brasil, n.º 622 – Bairro Vila Isabel

Pato Branco – PR – CEP: 85.504-293

Fone: (46) 3225-2731 – (46) 3902-1338

e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA - CNPJ - ENDEREÇO - TELEFONE)

(a ser entregue ao Pregoeiro quando do credenciamento)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

.....(Nome da Empresa)..... CNPJ n.º,
sediada.....(endereço completo), por intermédio de seu representante
legal, abaixo assinado, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos
no edital do **Pregão n.º 25/2014**, conforme exigência do inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de
2002.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

(NOME DA EMPRESA - CNPJ - ENDEREÇO - TELEFONE)

(a ser entregue ao Pregoeiro quando do credenciamento)

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA, para fins do disposto no subitem 3.3 do Edital do **Pregão n.º 25/2014**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4 do artigo 3º da Lei Complementar n° 123/06.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

CIRUSPAR

SAMU 192 SUDOESTE - PR



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE
URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Rua Assis Brasil, n.º 622 – Bairro Vila Isabel

Pato Branco – PR – CEP: 85.504-293

Fone: (46) 3225-2731 – (46) 3902-1338

e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

ANEXO V - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL

(NOME DA EMPRESA - CNPJ - ENDEREÇO - TELEFONE)

CARTA DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE LEGAL

Local e data

**AO
PREGOEIRO DO
CIRUSPAR**

Ref.: EDITAL DE PREGÃO N.º 25/2014

Prezado Senhor,

Em cumprimento aos ditames editalícios, credenciamos junto ao CIRUSPAR o Sr., Carteira de Identidade n.º, Órgão Expedidor, CPF n.º, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Na oportunidade, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no Edital e seus anexos.

Local e Data.

Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal

CIRUSPAR

SAMU 192 SUDOESTE - PR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Rua Assis Brasil, n.º 622 – Bairro Vila Isabel

Pato Branco – PR – CEP: 85.504-293

Fone: (46) 3225-2731 – (46) 3902-1338

e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO INCISO III, DO ART. 9º DA LEI 8.666/93

(NOME DA EMPRESA - CNPJ - ENDEREÇO - TELEFONE)

DECLARAÇÃO

(Razão Social da LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, inclusive de membros de Comissões ou servidores do CIRUSPAR.

Local e Data.

Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal